

# Proteção e gestão sustentável em áreas indígenas da Amazônia

## Situação Inicial

O desmatamento no Brasil foi e continua sendo um grande desafio político: É de grande importância alinhar os diferentes interesses. Na região da Amazônia as terras indígenas dificultam o desmatamento e ajudam grandemente a proteger a floresta tropical e a inigualável biodiversidade do Brasil. As mais de 400 reservas indígenas no país representam, quando somadas, mais que 12% do território brasileiro, estando principalmente na Amazônia. Além disso as reservas indígenas são usadas para a proteção dos povos indígenas, preservando a longo prazo sua cultura e seu conhecimento.

A situação dos povos indígenas continua difícil. Apesar dos amplos direitos, garantidos pela constituição, os conflitos por terra entre indígenas e latifundiários levam repetidamente à violência. Grandes projetos de infraestrutura e a sobreposição das terras indígenas com outras formas de uso, muitas vezes levam a conflitos. Tendo isto em vista, o desenvolvimento participativo, comunitário na primeira Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), de 2008 até 2012, representou um importante passo na inclusão dos povos indígenas na gestão sustentável de suas terras.

O modelo de governança da PNGATI se baseia em dois níveis, sendo o primeiro a nível nacional e o segundo, regional, na qual instituições públicas e indígenas aplicam as diferentes políticas estabelecidas.

O módulo “Proteção e gestão sustentável em áreas indígenas da Amazônia: Fortalecimento dos instrumentos e das instâncias de governança da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas” dá suporte à PNGATI.

A PNGATI representa a estrutura política para todas as intervenções para a proteção e gestão das terras indígenas. Depois da consolidação e assinatura do decreto da PNGATI, o desafio é implementar essa política de forma integrada.

Nome do projeto	Proteção e Gestão Sustentável em Áreas Indígenas da Amazônia
Comissionado pelo	Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ, na sigla em alemão)
País	Brasil
Entidade política responsável	Fundação Nacional do Índio (Funai)
Período de vigência	06/2018 até 11/2021
Investimento	2 milhões de euros

## Objetivo

O objetivo do módulo é fortalecer as competências de planejamento, monitoramento e avaliação, no escopo de implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) a nível regional.

## Procedimento

As atividades do projeto se concentram em nível regional e local: A nível local os Coordenações Regionais da FUNAI e as redes locais são os atores principais para o planejamento, monitoramento e avaliação (Redes Locais de Planejamento, Monitoramento e Avaliação) no que diz respeito à implementação do PNGATI. Na interação com os e as representantes indígenas, assim como com organizações locais, é de responsabilidade destes grupos, entre outras, as tarefas de planejamento, monitoramento e avaliação, além do desenvolvimento dos projetos acertados para a



A floresta tropical brasileira é o lar de dezenas de povos indígenas. Em suas terras o desmatamento é muito pequeno, se comparado ao resto do país.

implementação da PNGATI.

Nas regiões piloto Médio Purus e Madeira, as competências das coordenações regionais da FUNAI, das redes locais para o planejamento, monitoramento e avaliação são fortalecidas pelo parceiro brasileiro de cooperação IIEB (Instituto Internacional de Educação do Brasil), através de medidas de capacitação e assessoria.

## Resultados

Em cooperação com o IIEB, foram implementados projetos de capacitação que fornecem apoio aos atores no processo de elaboração de planos de trabalho com duração de um ano. Os resultados dos planos de trabalho de implementação do PNGATI

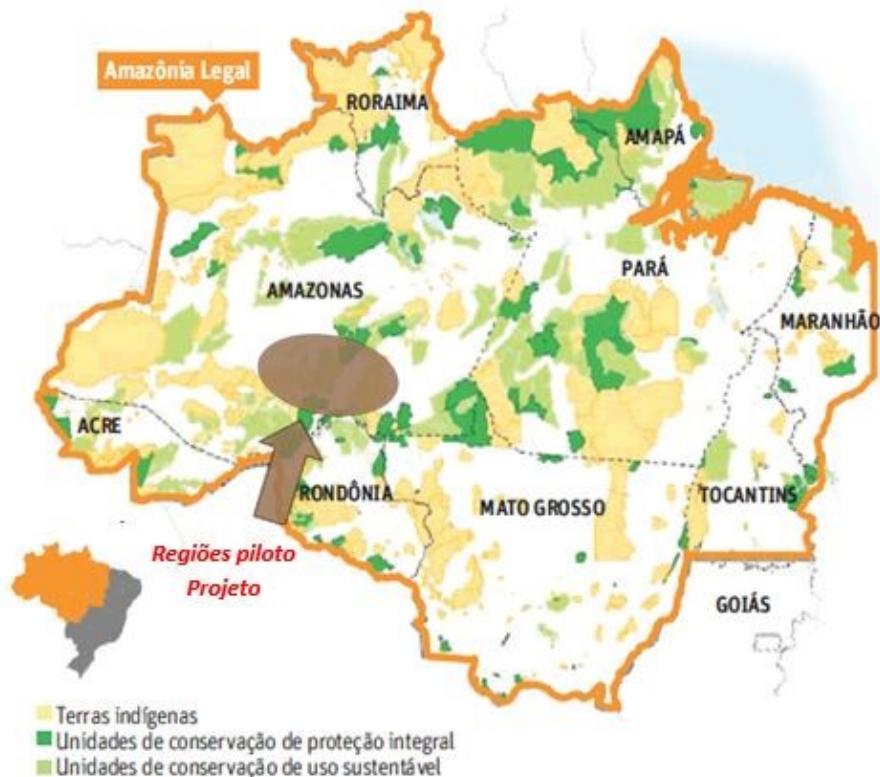
estão sendo avaliados atualmente para que possam ser apresentados e discutidos em um *webinar*.

Dada a pandemia da COVID-19, todos os módulos de capacitação foram realizados como eventos on-line. Representantes indígenas estão sendo envolvidos em todo o processo, desde o projeto até a implementação e revisão dos módulos de capacitação.

Por meio de uma plataforma de educação online e em cooperação com a Escola Nacional de Administração Pública, qualificação e desenvolvimento da capacidade técnica é oferecida para o desenvolvimento organizacional das coordenações regionais da Funai, autoridades locais, organizações indígenas e membros de redes locais. A plataforma de ensino e conhecimento concentra-se em abordagens participativas e habilidades de comunicação culturalmente adaptadas, bem como no conteúdo da PNGATI.

## MAPEAMENTO DA AMAZÔNIA

Onde a floresta amazônica tem proteção legal



*Diferentes formas de áreas de proteção na Amazônia (terras indígenas e unidades de conservação)*

Editor	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH Matrizes da GIZ: Bonn e Eschborn	Parceiro	Fundação Nacional do Índio (Funai)
		Por encargo do	Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ)
GIZ Agência Brasília	SCN Quadra 01 Bloco C Sala 1501 Ed. Brasília Trade Center 70711-902, Brasília-DF, Brasil T +55 61 2101 2170 giz-brasilien@giz.de www.giz.de/brasil	Endereços do BMZ	BMZ Bonn Dahlmannstraße 4 53113 Bonn T +49 (0)228 99 535-0 F +49 (0)228 99 535-3500
Responsável	Friederike Brinkmeier		poststelle@bmz.bund.de
Data	Outubro 2021		www.bmz.de